



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 39

Sessão Ordinária de Fevereiro

2.ª Reunião de 05-03-2003

Aos cinco dias do mês de Março de dois mil e três, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, José da Cruz Costa, Jaime Simões Borges, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, António Fernando Ribeiro Martins, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, António Luís Gomes de Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Vítor Manuel Santos Marques, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Victor Manuel da Silva Martins e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Domingos José Barreto Cerqueira e Ângelo Pereira Pires.
O Vereador Luís Miguel Capão Filipe ausentou-se antes do final dos trabalhos.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, das substituições nesta reunião, da Vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga por Paulo Jorge Teixeira de Jesus. O Vogal Mário Manuel Borges Pereira Pinto foi substituído por António Fernando Ribeiro Martins, em virtude do cidadão subsequente na lista não poder estar presente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Usou da palavra nos termos do artigo 32.º do Regimento.

“Pedi a palavra porque queria fazer um protesto acerca do comunicado da SAD Aveiro-Basket que apareceu na Internet já depois da nossa assembleia. Acho que o teor deste comunicado nos afecta de sobremaneira. E gostaria de frisar que, nós só falamos da sociedade Aveiro-Basket, enquanto a sociedade for participada pela Câmara Municipal de Aveiro. Caso contrário não é nosso propósito falar aqui da sociedade Aveiro-Basket, assim como não falamos de mais nenhum clube aveirense. E o teor do comunicado é demasiado ofensivo, em termos que acho que não são compatíveis com gente que está a representar o Município de Aveiro. E mais, que deve responder perante a Assembleia Municipal...”

Presidente da Mesa em exercício

“Sr. deputado está a fazer um protesto ou está a introduzir um período antes da ordem do dia? De qualquer forma anunciou o tema. Eu penso que o tema se insere nas actividades da Câmara dos últimos tempos e pode eventualmente ter cabimento no ponto que se segue. Não posso deixar continuar porque de outra maneira outras pessoas depois quererão usar da palavra.”

(Entrou na sala a Vogal Maria Teresa Fidélis da Silva)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu pedi a palavra pela seguinte razão: estou confrontado com um problema de incompatibilidade de agenda. No momento em que esta Assembleia Municipal foi marcada eu já tinha confirmado a minha presença numa reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia de S.^{ta} Joana e por isso, acho que devo ir lá. Não quis – evidentemente, deixar de dar esta satisfação à Assembleia.

E portanto, com a vossa compreensão, eu ir-me-ei ausentar durante algum tempo. O Vice-presidente Eduardo Feio, fica a representar-me e apresentar as propostas da Câmara, mas queria dar esta satisfação ao plenário para que não fosse mal interpretado. De facto, foi impossível conciliar as duas datas e eu tinha realmente confirmado anteriormente a minha presença na Assembleia de Freguesia de S.^{ta} Joana e estão as pessoas a contar com ela. Peço a vossa compreensão, a Câmara fica muito bem representada.”

Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Usou a palavra nos termos do artigo 32.º do Regimento.

“Sr. Presidente, não tenho dúvida que o meu protesto seja legítimo. Porque são tão poucas as vezes que nós temos a possibilidade de confrontar o Sr. Presidente da Câmara com a sua comunicação, aliás, só o podemos fazer 5 vezes por ano, que me parece que tendo marcado exactamente esta reunião num dia em que já se sabia que o Sr. Presidente não podia cá estar, acho que é uma afronta a esta Assembleia. Assim como acho que é uma afronta à freguesia de Santa Joana. Porque o Sr. Presidente não tem o dom de estar em dois sítios ao mesmo tempo, não há urgência nenhuma nesta marcação da reunião para hoje, e por isso o nosso protesto. Assim como o povo de Santa Joana tem toda a legitimidade em marcar a sua assembleia de freguesia e pedir ao Presidente da Câmara para estar presente — pouco tempo depois o Presidente da Câmara compromete-se a estar com a Assembleia para podermos discutir as actividades do município, e isso é impossível. Por isso o meu voto de protesto em nome da bancada do PSD porque gostaríamos muito

de confrontar o Sr. Presidente da Câmara com as questões que temos para lhe colocar. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa

“Não percebi o sentido do protesto, mas fica registado. Peço muita desculpa — não percebi!”

Vogal Diamantino Jorge (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP) - Usou a palavra nos termos do artigo 32.º do Regimento.

“Sr. Presidente, há neste distrito, nesta região, situações em que a Assembleia Municipal é repetidamente confrontada com a ausência do Presidente da Câmara. Tenho a certeza que uma boa parte dos elementos dessas assembleias municipais luta e pressiona para que essa situação seja alterada.

Enquanto membro da Assembleia Municipal de Aveiro eu tenho de reconhecer que há uma presença bastante constante do Sr. Presidente da Câmara — a não ser pela falta por motivos de saúde, que nós conhecemos. Daí que eu lamento esta situação. E lamento mais pela Mesa do que pelo Presidente da Câmara. Tenho de reconhecer as coisas como elas são; o conflito estava evidente na última reunião da Assembleia; e é muito mau que nós tenhamos que discutir a comunicação do presidente da câmara na sua ausência.”

Presidente da Mesa

“Eu devo dizer que a Mesa não tinha sido previamente informada por ninguém (mas nem tinha que ser; se calhar) que ia haver uma assembleia de freguesia em Santa Joana. Segundo, que o Presidente da Câmara gostava de ir a essa Assembleia. Marcada a continuação destes trabalhos para hoje, e já com a sala a levantar-se, o Dr. Alberto Souto disse que tinha de ir à assembleia de freguesia. Fez-se um silêncio e eu sugeri que fosse desmarcada e marcada para outra data. E fiquei convencido que isso ia ser feito — pelos vistos não foi. Portanto vamos trabalhar.”

(Entrou na sala o Vogal Álvaro Patrício do Bem).

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

A seguir, o Presidente da Câmara Alberto Afonso Souto de Miranda saiu, ficando o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, em representação da Câmara Municipal.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

(Entrou na sala o Vogal António dos Santos Costa)

O Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. deputados que a mesma se encontra disponível para consulta nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu início à discussão do ponto 1. da Ordem do Dia para esta Sessão Ordinária.

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos membros desta Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Vice-presidente da Câmara fez uma breve apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Membros da Assembleia:

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“A Comunicação que se diz ser da Câmara Municipal de Aveiro Senhor Presidente, eu acharia que ficaria melhor se fosse a comunicação do centro urbano de Aveiro — o Centro Urbano. É a actividade do centro urbano! Com uma envergonhada e encapotada viagem pelos arredores, dessa gente que anda para aí, a quem se digna de vez em quando dar umas benesses e, nomeadamente, o nome pomposo de “capital do concelho”.

Eu estou com umas dores de cotovelo do meu camarada, colega, amigo, da Junta de Cacia, pela profusão de obras que vejo executar naquela Freguesia — e estou deseioso que rapidamente a minha Freguesia de Oliveirinha seja a “capital do concelho”, para ver se as obras se desenvolvem assim tão rapidamente e tão eficazmente, como está a acontecer em Cacia.

Posto isto, Senhor Presidente, Caro Amigo Filipe Brandão. Senhor Presidente, eu acho que é uma blasfémia, embora no plano frio dos números possa ser uma constatação indesmentível, a capacidade de endividamento do município!? Mas referir isso neste momento é falta de pudor. É no mínimo, falta de pudor e de respeito para com aqueles infelizes fornecedores da Câmara de Aveiro, que estão desesperados para receber aquilo a que têm direito e nos quais se incluem nomeadamente a minha Freguesia no tempo que passa.

A Freguesia de Oliveirinha tem a receber (e aconteceu pela primeira vez, uma coisa que eu não esperava ver) — é que até os duodécimos estão atrasados!? E que bastante falta nos fazem. Porque para pagar ao pessoal que temos esse dinheiro é fundamental. Se assim não fosse não teríamos o pessoal! É óbvio que a Câmara pode dizer assim: no próximo ano cortamos. Tudo bem! A Câmara que faça as obras — é isso que poderemos dizer também.

E depois Senhor Presidente em exercício, V.Exa. sabe quanto o aprecio pessoalmente, porque sei que é um trabalhador incansável - faço-lhe aqui essa justiça, é um trabalhador incansável. Mas sei também quanto sofre, e na sua juventude penso que vai percebendo e tem feito essa escola, de que não é tudo tão linear e não é tudo tão fácil como as mentes mais brilhantes possam pensar. Ao saber que todos nós sabemos, o saber livresco, também há o saber de experiência feito (e o saber de experiência feito de quem já passou aquelas que o diabo não quer ou não quis), avisou muitas vezes o Sr. Presidente da Câmara que estava a seguir o rumo errado, que a Câmara ia ficar numa situação terrível em termos de cumprir com os seus compromissos, e passo a redundância, com uma imagem neste

momento que envergonha toda a gente. E posso dizer Senhor Vice-presidente, é conhecida de Norte a Sul do país a situação financeira da Câmara de Aveiro. É conhecida de Norte a Sul do país e é uma vergonha para nós Aveirenses. E depois se o Senhor Presidente da Câmara (que eu lamento que não esteja aqui), e eu custa-me bastante estar a dizer isto, mas façam o favor de lhe transmitir: que é um homem intelectualmente dotado (temos que dizer aquilo que é bem das pessoas, mas que também reconhece que é também muito teimoso, ele próprio o diz), se não tivesse por outro lado na sua forma de estar - como eu diria, cavalheiresca, que ele procura disfarçar, uma coisa que é muito pior na sua personalidade, que é uma grande arrogância intelectual. E com a preparação intelectual que tem, a inteligência que tem, não foram suficientes para ele antever as situações difíceis que está a fazer passar o município, aos aveirenses, e a envergonhar-nos a todos nós e em especial aqueles que dependem do município e do dinheiro que o município lhes deve. E são muitos, como V.Exa. sabe!

Eu estou a ver aqui uma lista Senhor Vice-presidente, uma lista de reclamações: recursos hierárquicos e processos judiciais. Olhe, perdoe-me se falhei, mas eu duvido que esteja aqui tudo! De certeza, gostava de saber, quantas é que estão aqui de ações colocadas nos Tribunais por fornecedores a quem a Câmara não pagou? Eu recebi isto há bocado, não sei porquê recebi isto há bocado! Eu não sei se estão aqui..., estão? Eu recebi isto há bocado e não tive tempo de ler, mas espero que estejam aqui. Mas de certeza que não estão cá todos porque eu conheço bastantes empresas que accionaram judicialmente a Câmara para serem ressarcidas dos seus créditos. E isso é mais uma machadada na credibilidade! E quando se apregoa, quando numa Assembleia que até tem uma forte componente política como todos nós sabemos e até onde há gente que tem a capacidade de perceber o que é fundamental para todos nós - que é o desenvolvimento de Aveiro, e que sabemos unirmo-nos nos momentos, uma prova essencial da arrogância intelectual do Senhor Presidente da Câmara, é quando tinha capacidade de se endividar (e V.Exas. estão bem recordados), eu disse aqui muitas vezes ao Sr. Presidente da Câmara: «faça o favor de pedir um empréstimo, que nós apoiamos, e pague a quem deve...». E com aquela arrogância própria dos homens superiores, que depois caem facilmente, ele não cumpriu! Não veio ao encontro daqueles que, no dia a dia da vida, sabem que avisadamente não podia estar a proceder como ele procedeu. E hoje está impedido de o fazer como todos nós sabemos. E eu quero perguntar-lhe Senhor Vice-presidente: como é que vão pagar aos senhores fornecedores e nomeadamente, como é que vão pagar e rapidamente, como é devido e justo e exigível, às juntas de freguesia aquilo que lhes devem? Porque muitos problemas estamos a ter por essa via.

Depois, deixe-me dizer Senhor Vice-presidente, o Município de Aveiro, o todo concelhio, que não apenas o centro urbano, para o qual V.Exas. só olham – aliás, eu ia dizer aqui uma coisa do passado mas não digo, não vale a pena agora referir isso. Eu quero perguntar-lhe o que é que acham que estarão a pensar as populações suburbanas e até urbanas. Ainda ontem passei numa rua da cidade que eu não tive tempo para ir lá fotografá-la, está perfeitamente cheia de buracos! Como é que é possível em frente à Loja do Cidadão, estão lá montanhas de buracos!? Como é que é possível? São crateras! Mas Senhor Vice-presidente, no centro urbano..., as pessoas têm os buracos e estão..., eu acho que há aí falta de fiscalização. E vou lembrar Senhor Vice-presidente: faça favor de mandar a fiscalização averiguar se a responsabilidade é do município ou é do empreiteiro que anda a construir um prédio, encostado ao edifício onde está a sede da ACASA. É urgente manter aquela travessa em boas condições de circulação. É uma ofensa para quem ali vive e ninguém faz nada por aquilo! Mas, dizia eu, estas pessoas ainda têm uma vantagem, é que o centro urbano está bem iluminado. Mas as aldeias não estão Senhor

Vice-presidente! E como sabe, tem havido inúmeros acidentes e prejuízos materiais e perigos, medos e molhas - montanhas delas, e eu pergunto-lhe: afinal quem são, o que são os habitantes das freguesias suburbanas para esta Câmara Municipal? Existem? Ou só servem para pagar impostos? Ou só servem para sofrer continuamente como têm sofrido ao longo destes anos? Quando é que se resolvem estas questões na rede viária? Outra coisa Senhor Vice-presidente: todos nós sabemos que há duas batalhas que temos que travar e eu lamento (ainda há bocado ouvi uma senhora ofender a classe política, chamou-nos uma série de nomes, e eu incluo-me - telefonei logo, mas não consegui entrar, era da TSF, a classe política estava a “levar” e com alguma razão, não toda, mas com alguma razão) e eu pergunto-lhe Senhor Vice-presidente, sabendo nós que temos duas batalhas que são fundamentais para a nossa sobrevivência como povo, que é a Educação e a Produtividade, eu pergunto-lhe: o que é que está a ser feito pelo bem estar das nossas crianças nas escolas? Que estão uma vergonha as nossas escolas Senhor Vice-presidente. Um município como o de Aveiro... eu digo-lhe, se a Junta de Freguesia de Oliveirinha tivesse dinheiro as escolas de Oliveirinha tinham todas aquecimento central; nós não temos é o dinheiro para o lá pôr. Porque acho que é fundamental criar condições para que as escolas estejam em bom estado, que as crianças se sintam ali bem, porque V.Exas., sabem todos (de uma maneira geral terão com certeza as vossas casas confortáveis), mas sabem bem, que há famílias que vivem em condições péssimas e cujas crianças o melhor local, o local onde se sentem melhor, é na escola. E é esse espaço, até como espaço que torne apetecível para aquelas crianças o não faltarem às aulas, no meio das dificuldades que tem, é fundamental, é o mínimo exigível à dignidade de um município que se preza a hierarquização; eu dizia muitas vezes aqui no passado, que a Câmara Municipal tem a hierarquização das prioridades inquinada e esta Câmara continua com as prioridades inquinadas, nomeadamente usando o dinheiro dos contribuintes para aquilo que não é directamente vantajoso para a vida, para a qualidade de vida e para o bem estar dos Aveirenses e das suas crianças. Portanto é fundamental que imediatamente as escolas do município sejam recuperadas, porque é inadmissível que num concelho como Aveiro, Capital de Distrito, as escolas sejam do piorio que eu vejo por aí pelo país fora.

A iluminação pública Senhor Vice-presidente. O que é que dirão as pessoas das aldeias sobre o estado da iluminação pública? daquelas ruas onde há casas, e onde nem sequer existe iluminação pública. E onde existe, é de péssimas condições. Tendo eu que reconhecer que V.Exa. foi o autor de algumas melhorias em locais muito pontuais dessa iluminação pública, só que não completaram a obra. Porque entretanto, dirigiram-se para aquilo que é o espectáculo constante das obras de encher o olho e isso não ajuda a qualificar a vida. As pessoas que vivem fora do centro urbano e as pessoas do centro urbano, a nossa cidade é bom que seja bonita, eu gosto muito da minha cidade - que é o orgulho de todos nós, que esteja bonita, mas para que essa cidade esteja bonita e as pessoas estejam em paz com a sua consciência, os arredores, as freguesias rurais também têm que ter o mínimo de dignidade. E a iluminação pública é outro factor de envergonhamento para esta Câmara Municipal.

As autarquias, os planos de actividade das autarquias. Eu às vezes sou confrontado comigo mesmo a pensar assim: o que é que eu ando aqui a fazer? Só um masoquista é que se mantém numa junta de freguesia, sofrendo em silêncio as limitações próprias das suas funções e das disponibilidades. É lamentável o que nós estamos a passar! Vejam meus senhores, da bancada do Partido Socialista, vejam esta: há cinco anos, a Câmara Municipal, aprovou e bem, na altura que ainda as coisas pareciam bem encaminhadas - e eu assim: - temos gente! Pensava eu que tínhamos gente. E ali o Senhor Vereador Eduardo Feio, mais sensível, mais próximo das freguesias, propôs à Câmara e a Câmara

aprovou, a atribuição de um subsídio para compra de “dumpers” - dois mil e quinhentos contos (falando em contos) para cada freguesia — há cinco anos. Ainda há três que não receberam apesar de andarem constantemente a pedir esse dinheiro! Uma delas é Oliveirinha, obviamente - e bastante falta faz.

E depois, os Planos de Actividades. Ficam por executar sistematicamente, de ano para ano. Obras transferidas, obras que são orçamentadas, obras que são lançadas, os concursos que não são adjudicados e concluídos; sistematicamente nós a ficarmos mal perante as nossas populações Senhor Vice-presidente!? Isto é intolerável que aconteça numa Câmara que seja de bem. E eu lanço daqui um desafio aos senhores vereadores da oposição: têm que estar muito mais atentos às propostas do Senhor Presidente da Câmara. E, de uma vez por todas, tenham a atitude de se demarcar claramente da maioria municipal - agora uma maioria, porque quando o fizerem em consciência e em nome da equidade da distribuição de recursos pelo concelho, estão a executar bem as vossas funções.

Os Planos de Actividade não se executam e nós somos confrontados todos os dias com os nomes – aqueles nomes, que vocês sabem que chamam aos políticos: uma cambada de aldrabões — é o que nos chamam. E, eu que tenho muitos defeitos, mas não gosto nada de dizer uma palavra por outra e quando falho tenho a humildade de ir pedir desculpa às pessoas — estou a ser demasiadas vezes acusado de ser aldrabão!? Está-me a custar imenso a engolir esta situação porque nós já não sabemos em quem é que devemos confiar.

Senhor Presidente, já me excedi, peço desculpa, era basicamente isto nesta fase que eu queria referir. E pedir então ao Senhor Vice-presidente, para que quanto ao tal relatório do centro urbano, que da próxima vez ele transmita a realidade do todo concelho e que basta ser uma versão “light” mas objectiva, e que não venham a dizer aqui que podaram a árvore “x” e deixaram por podar a árvore “y” ou pisaram uma planta no jardim tal.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Três pontos muito curtos e muito sucintos.

Na semana passada, na Rua Major Lemos, em frente à Capela da Senhora das Dores (toda a gente conhece), uma pobre mulher foi assaltada por esticão. Roubaram-lhe treze euros e meio (que era todo o dinheiro que tinha) e as chaves da casa. Isto veio-me à cabeça, quando o Senhor Presidente da Junta de Oliveirinha estava a falar da classe política. E anda a classe política a falar de compras de submarinos e de aviões aos Estados Unidos e perguntei-me porque é que aquilo acontece? Porque se calhar, não têm sido transferidas verbas sequer para a GNR poder fazer as suas voltas pelas freguesias rurais, principalmente, porque não há verbas para combustíveis!

Não gostei, segundo aspecto, não gostei da referência que alguns fizeram à bancada do PS. De facto, a bancada do PS está mais cordata, mas eu pessoalmente não me tenho... (não estou como um célebre deputado do PS), mas de facto há pessoas às quais ninguém cala.

Terceiro aspecto. Quero fazer uma pergunta muito directa ao Senhor Vice-presidente da Câmara e tem de me responder. E espero que a resposta não seja a mesma que aqui neste local me foi dada para o mesmo assunto. Na altura foi-me dito que em quinze dias estaria pronto! Agora eu quero perguntar: quando é? E não saio daqui sem uma resposta (e tem aí o Senhor Presidente dos Serviços Municipalizados); quando é que estão prontos os saneamentos — o resto dos duzentos metros de saneamento da rua da Pilôta em Verdemilho? É preciso fazer essa pergunta, porque está ali a Clara, que por exemplo está

nessa rua (são vinte, vinte e duas casas sem saneamento), dependente apenas da instalação de uma bomba de elevação. Neste momento penso que é o que falta!

Há três anos foi-me dito que estaria pronto nos quinze dias seguintes. É que a Clara fala, mas a Clara, a única coisa que não tem é esgotos. Mas há outras pessoas que têm de sobra aquilo que ela não tem. Isto é, dado que o sistema está como está, acabam por receber em casa gratuitamente aquilo que obviamente a Clara pretende desfazer-se! Isso é mau. Não é tanto por as pessoas serem de família. Não! Nunca aqui interferi por nessa rua viver a minha família, os meus netos, a minha mãe, os meus cunhados, toda a gente vive nessa rua. Não! É que de facto aquilo ultrapassa todos os limites do tolerável.

Na Comunicação do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal... — eu preciso de uma resposta a isso, porque me proponho a votar negativamente todos os documentos que me sejam aqui apresentados enquanto não tiver essa solução e essa resposta desse problema. Doa a quem doer!

Quando se fala da Comunicação, eu julguei que os documentos auxiliares teriam alguma coisa mais explícita do que isto. De facto, isto é o sumo o resto são coisas sem interesse. Mas nomeadamente na área financeira, eu gostaria de saber quando é que nos são dados documentos, digamos (para não ser assim muito brusco), que a lei obriga que nos sejam dados nestas comunicações? Nomeadamente, os resultantes da implantação do POCAL!? Estamos já há um ano e tal, neste momento está-se a acabar o primeiro trimestre do ano de 2003, está na altura para nos darem respostas. Por exemplo, como esta: na página oito, é dito que: «falta receber cinco milhões, quarenta e sete mil, seiscentos e vinte e três euros, ponto oitenta e dois, de obras já aprovadas e já realizadas, no âmbito do QCA III». Eu gostaria de perguntar uma coisa muito simples: essas obras que estão aqui, já estão facturadas ou não estão facturadas? Era só isso.»

Presidente da Mesa

“Bem, qualquer dia agendo esse ponto da rua da Pilôta; e também a sarjeta da rua da Liberdade com a rua a Arrôchela; eu também agendo isso...”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, desculpe-me retomar a palavra, mas há assuntos que parece que não são importantes. Porque são pequenos! Pois a população o que pretende é ver os pequenos problemas resolvidos. Não é os grandes problemas! Não é o grande problema do estádio. Não é o grande problema do não sei quantos — isso são outras coisas.

Se o Senhor Doutor leu e tenho a certeza que leu, a célebre obra do Professor Cavaco Silva, ou a célebre intervenção do Professor Cavaco Silva, que ele fez quando era economista, que se chamava: «Políticos Burocratas e Economistas» e leu de certeza porque é um texto que é estudado em Ciência Política em todo o mundo. O Senhor sabe que o professor Cavaco Silva dizia que por exemplo que: numa obra grande, por exemplo na inauguração do Hospital, ele dizia sempre, um político não está muito preocupado se naquele hospital vai nascer ou morrer gente, se se vai salvar gente com aquele hospital. O que ele está preocupado é com os votos que a inauguração do hospital lhe vai dar. É isso que ele diz taxativamente! Se quiserem eu trago documentos para distribuir a todos.

Mas as pessoas vivem, não é disso. Ou melhor, também vivem disso. Mas as pessoas vivem é do pequeno problema. O senhor sabe o que é para uma família que andou se calhar toda a vida a ganhar dinheiro para construir uma casa e que de repente vê a sua casa com vinte ou trinta centímetros cúbicos de esgotos dentro? Claro que isso não é importante para toda a gente! Mas é importante. Resolvam esses pequenos problemas. Ficaria eu

satisfeito que os poderes autárquicos conseguissem resolver esses pequenos problemas a toda a gente e já ficaria muito tranquilo e muito satisfeito.

Portanto quando se fala nessas coisas é melhor não levar... porque há pessoas que sofrem com isso. Por acaso foi com o meu cunhado porque se fosse comigo outro galo cantaria.”

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Manuel Granjeira (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“De facto eu começava pela página oito da Comunicação do Senhor Presidente e também dizer que de facto lamento que a bancada do PS esteja muito cordata e eu repito: pouco acordada! Porque de facto diz-se aqui muito claramente neste relatório que de facto a situação melhorou! Passou para dezoito milhões de euros - o passivo, grosso modo, mas de facto ninguém fez as contas. Nem a Câmara! E isto é tão simples quanto este simples facto: eu peguei em todas as Comunicações do Senhor Presidente (à falta de melhores elementos) como diz o Senhor Deputado Raúl Martins, peguei em todas estas Comunicações e fui verificar todas as rubricas que aqui tinham e: azar! Nesta última Comunicação esqueceram-se de duas. Esqueceram-se das dívidas às entidades subsidiadas e das dívidas às entidades oficiais. E assim conseguem baixar. Está claro! (ouvem-se vozes de discordância) Está englobado onde?... eu não percebi isso! De facto as entidades... então mexeram aqui nisto, completamente! Baralham as coisas e a gente não percebe bem isto. Porque de facto durante não sei quanto tempo fazem isto e agora sem aviso prévio mudam.

De qualquer das maneiras, o POCAL está em vigor há três ou quatro intervenções do Senhor Presidente da Câmara e só agora é que deram com ela?! De qualquer das formas também a dívida não diminuiu. Eu posso ter cometido aqui uma análise diferenciada, mas fui envolvido num erro que é a análise destes papéis que nos dão. Que são os que eu tenho - não tenho mais nenhuns! E sempre apresentaram estes papéis agora mudam e não dão nenhum aviso prévio; ninguém adivinha como é óbvio! Para mim, enquanto não justificarem isto melhor, eu não sei quanto é que devem às entidades subsidiadas, nem às entidades oficiais; não sei quanto é que devem. E eu gostava de saber porque se sempre disseram isto e que eu saiba não mudou a lei, não mudou nada, portanto devem dizer na mesma. Portanto presumo que não tenha aumentado e portanto são mais dois milhões de euros. É tão simples quanto isso, enquanto não me disserem porquê, estou à espera da justificação. Também infelizmente a dívida, se somarmos o passivo total incluindo os Serviços Municipalizados, de facto aumenta.

Também gostaria de perguntar ao Senhor Vice-presidente, se tem conhecimento de alguma Inspeção-geral de Finanças, que está a fazer alguma inspeção à Câmara? Ou quem é que está a fazer uma inspeção à Câmara? Quando é que começou? E ao que veio? Qual é o objectivo?

Em relação aos outros pontos da Comunicação. Em relação às estradas nem vou dizer mais nada, ficou tudo dito aqui na última reunião, portanto nem vale a pena!

Em relação à transferência do pavilhão rectangular das Feiras para os clubes e em relação ao Aveiro-Polis, eu só gostava de perguntar uma coisa simples. Eu penso que a área (não sei como é que vão resolver este problema) do pavilhão é de dois mil metros ou dois mil e quatrocentos metros, e eu penso que a área total dos clubes ocupa bastante mais do que isso — eu não sei como é que vão resolver este problema!

Em relação a outras coisas que aqui se dizem, nomeadamente em relação ao trânsito, eu gostava de saber como é que se mede o sucesso retumbante em relação às alterações de

trânsito ocorridas na cidade? Quais são os critérios que se fazem para se dizer aqui isto. Por que de facto não percebo qual é o critério?”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu começo pelos Serviços Municipalizados para prevenir o Senhor Vereador responsável e o Senhor Director Delegado, que amanhã os Serviços vão ter a visita de dois munícipes. Um vai perguntar porque razão é que tendo na factura treze euros de disponibilidade de saneamento e de utilização de saneamento para pagar, quando não tem saneamento? Não há saneamento! E porque razão é que tendo já exposto a situação aos Serviços e deixado de pagar, porque é que voltou a pagar, se entretanto o saneamento não foi instalado. (ouvem-se risos) A gente vai-se rindo, mas de facto é como disse o Senhor Deputado Dr. Raúl Martins, a vida municipal faz-se de muito pequenas coisas.

É que só pelo facto de ter gasto trinta e sete metros cúbicos de água, teve em consequência disso, a verba do saneamento ter aumentado, é que foi ver melhor a factura (mas já está a pagar há uma série de meses e nem se apercebia).

A outra situação é esta. Os senhores conhecem melhor do que eu certamente as casas rurais de Aveiro: em que há uma porta da rua e há um portão; por estas freguesias é assim. Portanto, o que é que fizeram? Duas caixas de saneamento — uma à porta, outra ao portão. O munícipe quando viu o empreiteiro pôr lá aquilo chamou à atenção, mas não ligou mais. Mas agora que lhe apareceu a conta para pagar duas ligações, não paga! Não paga e atenção, como é que isto acontece? Como é que é possível? Quanto aos Serviços estamos falados por hoje.

Comunicação do Senhor Presidente. Estudos relativos ao Plano de Pormenor do Estádio Mário Duarte etc. etc. Sim senhor! Pronto, há muito, como sabe, no final do ano passado, o Estádio foi alienado para a Universidade!? Há muito que esta alienação estava prevista. Continuo a pensar que a forma como ela foi feita é duvidosa do ponto de vista jurídico e reprovável do ponto de vista político por ter sido feita à revelia da Assembleia Municipal — é a Assembleia Municipal que tem como competências fixar as condições gerais das alienações. Podem os senhores dizer que estava em Plano de Actividades e que há uma circunstância em que estando em Plano de Actividades o Executivo desde que seja por maioria de dois terços pode aprovar — mas então nesse caso não há fixação de condições gerais pela Assembleia Municipal!? Até seria aceitável ou compreensível, que tal pudesse acontecer quando essas disposições gerais não bulissem com as competências da Assembleia Municipal.

Ora, os termos do contrato de promessa de compra e venda estabelecido entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Universidade, mexe com esta Assembleia. Mexe com esta Assembleia, no parágrafo único da cláusula segunda, em que se estabelece que a área de construção de quatro mil metros quadrados se manterá inalterada — ainda que o PDM, o Plano de Pormenor e o Plano de Urbanização previstos para a zona, venham a ser alterados. Isto é, a Câmara que sabe que, a competência de aprovar os Planos de Urbanização, os Planos de Pormenor e Plano Director Municipal, é em última análise desta Assembleia e está a fazer e a assumir compromissos que depois maniatam de alguma forma a capacidade que esta Assembleia tem de deliberar em consciência!?

Portanto, esta cláusula, no meu entender, com esta redacção não tem cabimento. Poderiam ter salvaguardado os interesses da Universidade de outra forma, encontrando outra formulação, mas sem atentar contra as competências da Assembleia Municipal.

Quanto a Cacia, Capital do Concelho. Penso que a melhor resposta que podia ter acontecido em relação à maneira como às vezes há este auto-elogio e esta forma de tratar

as situações, penso que o início da última reunião desta Assembleia foi a resposta adequada de como apesar das presidências abertas e apesar das freguesias capital do concelho, os problemas do dia-a-dia (e já voltamos outra vez a eles), continuam por resolver. Pode então o Sr. Presidente da Junta de Cacia estar sossegado, se houve agora uma atenção especial a Cacia, pode ter a certeza que daqui a quatro anos com este ou com outro Presidente, vai voltar a haver uma atenção especial a Cacia. Ora não é disso que os munícipes estão à espera! Estão à espera de uma atenção continuada, de uma resposta continuada, uma presença continuada, e que os problemas do dia-a-dia sejam de facto resolvidos.

Outro momento de exaltação. A atribuição a Aveiro do prémio “Cidade limpa”. Distinção..., por aí fora..., só que eu tive que ver como é que era! Porque a sensação que eu tenho e que me é transmitida, é que o serviço público de limpeza, principalmente ao nível das freguesias, se está a degradar. Está a degradar, está a piorar. Ora como é que neste quadro Aveiro tem este galardão? Seria adequado, quando se dá uma informação pública, se fazem notas de imprensa, etc., que se dissesse entre quantos concorrentes? Porque aquilo que foi dito, é que eram quarenta e tal concorrentes! Ora quarenta e tal concorrentes a dividir por sete categorias dá uma média de seis concorrentes — vamos lá ver quantos é que de facto concorreram. Porque aquilo que eu acho que é importante é que não haja nenhum sentimento de auto-satisfação quando há indicadores, quando há uma sensibilidade pública de degradação do serviço de limpeza.

Em relação a esta questão da limpeza queria que o Senhor Presidente em exercício dissesse de uma forma muito clara (eu não o digo como o Sr. Dr. Raúl Martins, que não me vou embora sem que haja resposta) a resposta a esta questão: salvo erro 2002 foi o ano da possível revisão do contrato da prestação de serviços com a SUMA. Foi repetidamente dito, que este contrato de prestação de serviços era gravoso e que prejudicava o município, não tinham sido previstos preços de escala, portanto para um determinado volume em que o preço unitário baixasse, e o ano de 2002 acabou sem que viesse qualquer notícia acerca da revisão do contrato com a SUMA!? Lá para meio do ano foi dito que se estava a trabalhar numa solução da criação de uma empresa ou de uma parceria, uma empresa mista, qualquer coisa desse género, ideia que agora se retoma nesta Comunicação. Mas o facto de se estar a trabalhar nesse sentido não impedia, antes exigia até, como forma de pressão política, que no momento em que era possível fazer a revisão do contrato se caminhasse nesse sentido. Por isso Senhor Presidente, o que é que tem a dizer a esse respeito?

Por último. Os termos de utilização do Estádio pelo Sport Clube do Beira-mar foram objecto de análise e de propostas de alteração pela Comissão da Assembleia Municipal de acompanhamento do Euro 2004. Penso que mais do que se referir aqui que houve uma análise e propostas de alteração, penso que é importante que esta Assembleia Municipal tenha a noção daquilo que estava em causa e que foi alterado.

Independentemente dos trabalhos da Comissão, acho que é importante que a Assembleia saiba que se propunha uma cedência por vinte anos — sem qualquer cláusula de salvaguarda. É preciso que se saiba, que havia a previsão de uma entrega, a título da venda de camarotes, uma entrega anual de quinhentos mil euros ao Beira-mar, a este título. Acho que aquilo que é importante, que devemos saber, é em que ponto é que estamos hoje? Qual é que é o sentido da evolução do tratamento deste assunto com o Beira-mar. Com a consciência que sendo o Beira-mar um parceiro com uma posição forte, dado que não se vislumbra no curto prazo ou no médio prazo outro utilizador, outro clube residente que não o Beira-mar no novo Estádio Municipal de Aveiro, isso não significa que a Câmara não tenha que acautelar os interesses do Município e dos Aveirenses.

Está a ser pedido aos Aveirenses um enorme sacrifício para a construção do Estádio. É bom que o clube residente assuma a partir da hora em que lá entra uma boa parte senão a totalidade dos custos da manutenção do Estádio. É importante. Não se pode pôr em cima da generalidade dos munícipes, depois do esforço que está a ser pedido, que se vão prolongar durante décadas, não se pode pedir que seja o município a suportar os custos da exploração do Estádio. Tem que haver uma posição. Senão - isto pode parecer um absurdo, mas se o Estádio for para ter um nível de gastos com ele que seja inoportuno para o município, então que se impluda o estádio! Que se faça uma urbanização. Faz-se uma grande festa, faz-se a implosão, faz-se uma urbanização, não há mais custos anuais e continua-se a amortizar o pagamento.

Não é isto que eu quero. Mas é bom que nós tenhamos consciência que o peso já é muito grande e que se há uma instituição que vai utilizar o Estádio com prerrogativas, com direitos diferentes, então que faça pela vida, que melhore os resultados desportivos, melhore os resultados financeiros e que ajude também o município a aliviar este fardo.”

Vogal Maria das Dores Topete (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu queria fazer um ponto prévio, que era fazer um protesto pela ausência do Senhor Presidente da Câmara de Aveiro. Já foram as explicações todas dadas, de qualquer maneira é quase surrealista estarmos a fazer a análise e os comentários à intervenção do Senhor Presidente da Câmara na ausência dele — embora o Senhor Vereador Eduardo Feio, Vice-presidente, o substitua.

Posto isto, eu queria de uma forma apenas generalizada chamar a atenção para um ponto que eu já referi na última reunião, mas parece que não foi muito tida em consideração: é o prazo de conclusão das obras que são adjudicadas. Quando uma obra é adjudicada, depois de ter sido lançado o concurso, essa adjudicação contém em si o prazo para a execução da obra e prevê nesse mesmo contrato, prevê penalizações para o caso das obras não serem concluídas dentro do prazo que está estipulado no contrato.

Eu penso que o Senhor Presidente da Câmara (tem que ser ele o principal responsável) não está a tomar em consideração essa questão porque essa questão tem do meu ponto de vista duas consequências fundamentais (que eu considero muito importantes): a primeira consequência, são consequências de ordem económica e financeira para a Câmara, que vai ter que pagar o dobro ou o triplo por cada obra que se arrasta; consequências económicas para os munícipes que vão ter que, em última análise, também pagar por esse arrastamento.

E tem uma outra componente e uma outra consequência que estamos a verificar diariamente em Aveiro. Já vivemos em Aveiro há várias dezenas de anos e hoje está a deixar de ser agradável viver em Aveiro. Não há rua nenhuma, não há zona nenhuma, que não tenha uma casa em ruínas — ou uma obra deitada abaixo, uma fachada demolida ou uma obra inacabada. Portanto, quando se falava que era muito agradável viver em Aveiro, cidade de província, de tamanho médio, com uma boa qualidade de vida, hoje isso acabou. Quem percorre a cidade a pé vê-se confrontado com todos estes obstáculos, que nem lhe posso chamar de origem urbanística, mas de origem “desurbanística” (se a palavra existe) e, portanto, achava que devia haver na Câmara especialmente... (essa nota é para o Presidente da Câmara, que não está presente, mas espero que lhe seja transmitido), que seja mais exigente e que seja mais legalista na exigência do

cumprimento dos prazos de conclusão das obras. Porque não é ele apenas e a Câmara que sofrem as consequências, mas é todo o município e todos os munícipes.

Uma outra consequência que eu penso que também é importante para nós e que se tem sentido em Aveiro é a falta de segurança. Porque com o estado em que muitos edifícios estão, com as ruínas que temos, com a falta de iluminação (que está ligada a essa situação), a segurança diminui. E, portanto, três consequências muito importantes que vão agravar, dificultar e perturbar a vida das pessoas em Aveiro: parte económica, parte de segurança e a parte de nível de vida e de estabilidade que tínhamos até aqui e que deixamos de ter.

O segundo ponto que eu queria focar. Claro que quem ganha as eleições pode escolher as suas prioridades, concordo com isso, defendo isso. Mas não me parece que esta Câmara com a política que tem seguido esteja a ter em conta os cidadãos, o bem-estar e a segurança. Há um alheamento daquilo que os cidadãos querem e daquilo que a Câmara está a executar. As freguesias foram sempre o meu “cavalo de batalha” seria esse ponto que eu gostaria de defender se tivesse alguma vez possibilidade de ter autoridade dentro da Autarquia. Esta tentativa de mostrar que há preocupação com as freguesias, já foi aqui sublinhado, mas eu não quero deixar de referir, é uma tentativa que eu acho que não resulta bem. Porque só interessa que se faça visitas às freguesias e que se considerem as freguesias capitais da cultura, ou capital do concelho neste caso: se isso vier a ter consequências para a freguesia. Se for apenas um passeio turístico em que as pessoas se mostram e as pessoas fazem uma determinada propaganda, isso não interessa nada porque as freguesias e as pessoas que lá vivem, sobretudo as pessoas, e são as pessoas que interessam, não estão interessadas em ver apenas as autoridades — estão interessadas nos benefícios que essas visitas das autoridades lhe vêm a trazer.

Portanto, eu sou crítica destas chamadas visitas de “Freguesias Capitais do Concelho” porque isso não traz consequências para as pessoas que vivem nessas zonas.

Não vou alongar-me mais, mas queria deixar ficar a ideia de que deixou de ser agradável viver em Aveiro. As pessoas que aqui vivem, que aqui constituíram a sua família, que aqui têm a sua casa, que aqui têm empregado os seus bens, o seu dinheiro, estão desanimadas e apetecia-me concluir como se diz no Ricardo III de Shakespeare: «mostrar, aqui, o Inverno do meu descontentamento».

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Aproveitando a deixa da Dr.ª Antónia Pinho e Melo e antes que entremos na Primavera, para que a citação continue a ter alguma valência ou validade, esta minha intervenção é claramente uma intervenção difícil. Como todas são! Umas mais, outras menos, mas esta sobretudo é uma intervenção difícil. E é uma intervenção difícil porque eu fui um dos que (como outros três ou quatro haverá nesta Assembleia), recebi a Comunicação por inteiro, não um excerto da Comunicação, recebi-a por inteiro. E obviamente que concluo o mesmo que todos aqueles que antes pediram, leram, viram e tal, concluíram: não vale a pena receber tanto papel, obviamente! Sobretudo não valerá a pena receber tanto papel, porque de há cinco anos e meio, seis, a esta parte, gradualmente, o exercício previsto na lei da Comunicação do Presidente é um exercício desvalorizado por este Executivo. Gradualmente este exercício tem sido um exercício desvalorizado e nós que aqui estamos nesta Assembleia há algum tempo, temos a obrigação disso constatar. É evidente que nesta Comunicação se diz para cumprir o preceito legal, apenas e só aquilo que se quer dizer e da forma que se quer dizer, quando se quer dizer. Ora esse não é certamente ou não foi certamente o espírito do legislador, ou o espírito de quem fez a lei. A Comunicação

do Presidente teria que ser acima de tudo um instrumento legal, para que esta Assembleia pudesse de uma forma transparente aquilatar da actividade do município, no período de tempo a que ela se refere, e aquilo a que assistimos regularmente nesta Assembleia, é uma situação que me entristece e que deveria entristecer toda a gente - pelo menos como disse há pouco, pelo menos entristecerá também os 3% que regularmente acompanham a actividade desta Assembleia lá fora.

O que aqui se escreve, pergunto claramente à Câmara, à Mesa, aos meus colegas de Assembleia, sejam de que bancada forem: o que aqui se escreve é verdade? O que aqui está escrito, passa-se lá fora ou será que a sondagem que recentemente saiu num órgão de comunicação social diário, devia ser invertida? Se calhar nós é que somos uma percentagem reduzida, que vivemos numa redoma, dentro destas quatro paredes da Assembleia Municipal, e não temos a noção do que se passa lá fora, será assim? É porque quem anda, quem conduz, quem vive, quem trabalha, quem tem que viver em Aveiro, e olha para esta Comunicação, diz a bota com a perdigota? Em caso algum, poderemos dizer que sim! Mas em caso algum! E porquê? Primeiro os atrasos das obras são tratados nestas comunicações regularmente como obras do acaso. Os atrasos são para este Executivo obras do acaso, acontecem! Por um motivo ou por outro, mas “rapidamente se resolverá” e “lá mais para o fim do”, ou “praticamente concluído”, são palavras - desafio qualquer deputado desta Assembleia, a ler todas as Comunicações do Presidente da Câmara a esta Assembleia em quatro ou cinco anos, são palavras que já fazem parte, são constantes do léxico das Comunicações do Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia. Em todas, existem o mesmo tipo de expressões, as vírgulas são postas no mesmo sítio, mas a realidade muda! A realidade vai mudando e aqui também não se nota isto: os saneamentos nunca mais se concluem; chegamos ao ponto Senhores até de assistirmos a um retrato bem feito da actividade municipal, que é um retrato sem sumo e com muito sugo, feito até pela bancada do Partido Socialista, isto é mais “sugo” (passo a expressão), do que sumo. Seis centímetros Dr. Raúl Martins? Não é nada! Será meio metro? Será um metro? Até onde estaremos todos atolados? Que retrato fácil é esse também que o Senhor fez? Quantas caves nesta cidade estarão atoladas e quantos serão aqueles que julgam que tem cave e quando forem por ela..., se calhar tem fossa!? Quantos seremos nós que temos que constatar isto, aqui dentro? Não vale a pena se calhar até constatar isso aqui dentro, porque lá fora ninguém nos ouve. Culpas de quem sejam não interessa, mas lá fora ninguém nos ouve, e o que é que interessa dizermos aqui que o estado é este, se lá fora ninguém nos ouve, lá fora o estado continua a ser “Rosa”, lá fora o Senhor Presidente da República continua a vir a S. Jacinto condecorar militares que vieram da Bósnia, juntamente com o Senhor Ministro da Defesa. Lá fora, o Teatro Aveirense está praticamente acabado - está atrasado um ano e meio. Lá fora o Parque Marquês do Pombal está quase acabado - está atrasado um ano e meio, dois anos. Lá fora a Capitania está parada não se sabe por culpa de quem! Já nem interessa, está parada. Lá fora o Estádio gasta oito milhões de contos mais do que deveria gastar, ou do que aquilo que nós aqui aprovámos. Já não interessa também, tem que se acabar, não sou adepto da teoria da implosão. Não sou claramente! Mas também não sou adepto da teoria do facilitismo, e não se diga agora: “ah, se o Beira-mar descer” (Deus queira que não desça), mas se o Beira-mar descer e estando o Beira-mar na situação em que está, este Executivo também é responsável por isso, porque facilitou! Porque quem lá devia de estar, no Beira-mar e em tudo o resto: no Aveiro-Basket, nas Associações, devia de ser gente competente! E a teoria do subsídio tão cara aos consecutivos governos socialistas deu no que deu e está a dar no que está a dar em Aveiro, subsidie-se – não premiar o mérito, mas subsidie-se! O mérito vem por acréscimo. Uns mais outros menos, uns ficam outros vão, as

peças passam, os clubes ficam, as instituições também ficam, o que interessa é ir subsidiando - e conseqüentemente ir ganhando eleições, prestígio, mérito, peito, etc. o que interessa é ir subsidiando. Pare-se com este tipo de situações, pare-se por favor com este tipo de Comunicações que sublinhando, sublinhando, sublinhando tudo seria sublinhável. Seria sublinhável até - passando para um campo completamente diferente, em Dezembro recordam-se, a capacidade de endividamento da autarquia era 28%, de repente estalou-se o dedo e já estamos em Fevereiro, porque isto diz respeito a Fevereiro, por acaso estamos em Março, em 40%. São 12% de salto. Andámos quatro anos a dizer: - olhe que não é isso Senhor Presidente, e de repente em dois meses estamos nos 40%. Mas calma porque finalmente há uma novidade nesta Comunicação: é que o Senhor Presidente sentiu-se na responsabilidade de explicar por escrito, não em “bold” mas em “itálico”, que os empréstimos contraídos para o estádio não contam meus senhores, para a capacidade de endividamento! E agora eu pergunto: não contam? Mas contam para a credibilidade da Câmara junto das instituições de crédito ou não contam? E o que se pede para o estádio impede que se peça para outros feitos ou feitos - como quiserem. Impede claramente, e o que se pede para o estádio, que hoje em dia por acção deste Executivo se tornou uma obrigação pedir, impede que se peça para resolver o problema das caves ou do sugo - como quiserem; de somenos importância. Ou dos portões. Ou das habitações rurais. Ou das não sei quantas ligações de saneamento. Ou disto ou daquilo ou daqueloutro. Porque esta Comunicação que nos diz claramente e só, é que “a actividade se vai fazer”, “lá para o fim do ano a obra está pronta”, a outra “está praticamente concluída”, mas digam - e essa é a segunda originalidade desta Comunicação para com as outras: é que as outras ainda iam dizendo, fez-se não sei quantos quilómetros de pavimentação, fez-se não sei quantos quilómetros de saneamento. Esta? Espremam. Leiam. Leiam por favor do princípio ao fim e digam. O que é que diz o Senhor Presidente da Câmara: aqui que fez, e temos que chegar todos, todos porque isto é objectivo, isto não é subjectivo, isto é objectivo: não se fez nada! O Estádio foi avançando. Vá lá! O Estádio foi avançando, vá lá. Com a cumplicidade assumida desta Assembleia, em relação a um desígnio assumido por esta Câmara e na altura por esta Assembleia. Pois meus senhores aqueles que hoje falam aqui de planeamento, de planificação, de estruturação financeira, de cabimentação financeira a tempo e horas, são aqueles que quando o CDS nisso falou, pela primeira vez há quatro anos e meio, nada disseram! São aqueles que quando o CDS nisso falou há três anos nada disseram! São aqueles que quando o CDS nisso falou há dois anos, nada disseram! Mas que no ano passado já começaram a dizer! E que este ano, graças a Deus, até da bancada socialista já vieram vozes que concordaram com isso. E aqueles que quando o CDS disse que em Aveiro por causa disto, se estava a ultrapassar o limiar da fiscalidade justa, nada disseram na altura e agora estão aqui a concordar, estão efectivamente a concordar porque é dado objectivo, é um facto que isso está a acontecer. Abra-se a boca de sono ou não, é verdade que isto está a acontecer! ... Falou e ainda bem Dr. Raúl Martins, era a si que eu me estava a referir. E vozes como a sua, são claramente vozes dissonantes no “cinzentismo monocrático”, que a bancada socialista acusava esta mesma bancada do CDS de assumir, quando suportava a sua governação. E agora aqui estamos!

Há uma outra voz independente, justiça seja feita e a chapelada tirada que também cai muito bem e a preceito nesta Câmara de vez em quando. Dizia também o seguinte, Senhor Presidente e para roubar-lhe apenas mais dois minutos. De tudo isto que aqui se escreveu, o que mais me chocou ou que mais me impressionou, é a facilidade com que se fala dos instrumentos de ordenamento do território: o plano de não sei quantos está a andar, o plano da POLIS também está a andar, tudo está a andar. Na altura quando aqui se fez

uma sessão extraordinária sobre o Plano de Urbanização de Aveiro pediu-se a várias vozes, de várias bancadas que esta Câmara fosse capaz de explicar pelo menos a esta Assembleia, qual era a ordem lógica com que encarava a profusão de instrumentos de ordenamento do território que estava a colocar no terreno? Até hoje nada! Até hoje zero! Não sabemos onde começa a liberdade do Plano de Urbanização de Aveiro e onde acaba a liberdade do POLIS. Não sabemos onde acaba a liberdade do Plano de Sá Barrocas e começa a liberdade do Plano de Urbanização de Aveiro. Não sabemos nada! Sabemos é que todos estão para aprovação rapidamente. Porque debaixo dessas aprovações (e eu estou a ter o cuidado Senhor Presidente da Mesa de colocar algumas questões ou pelo menos escolher as questões mais sensíveis à área de actuação diária do Senhor Vice-presidente da Câmara, hoje Presidente em exercício: Planeamento e Ordenamento do Território; Trânsito. O trânsito eu não fui lá, lá cheguei. E portanto o que temos neste momento para nós Assembleia Municipal é uma baralhação, que quando entramos lá fora, na vida real, saímos aqui da redoma, passamos à vida real perguntam-nos: eh pá, mas qual é o sentido de se alterar o trânsito na Avenida? E nós da redoma dizemos: não sei, estivemos numa redoma, não sabemos! Eh pá, mas a avenida 109, vai ser uma avenida ou não vai ser uma Avenida? Eh pá não sei, isso está para aprovação! Eh pá, mas então, e como é que vai ser com o Mário Duarte? Não sei, sabemos que vai ter relvado, aqui mais à esquerda, mais à direita, mais ao centro, mais abaixo, mais acima. Um bocadinho de relva vai continuar lá! Mas de resto não sabemos.

Quer dizer, isto é o planeamento que nós temos em Aveiro. E isto é que enfoca aquilo que exactamente nós temos vindo a dizer, sempre! É que os negócios são feitos, os investimentos são feitos, a gestão do planeamento é feita ao sabor dos investimentos do momento. É preciso um milhão e meio de contos? Urbanize-se ali. É preciso não sei o quê? Urbanize-se acolá. Venda-se o Plano de Pormenor do Centro. E a propósito do Plano de Pormenor do Centro diria o seguinte, é com extremo pesar que vejo uma Comunicação que denota que a Câmara de Aveiro parou no seu trabalho do dia a dia, naquilo que são as condições básicas para uma qualidade de vida sustentada das populações, e não é capaz de ir à Feira do Imobiliário em Lisboa vender o Parque Desportivo de Aveiro. Ainda que os terrenos não sejam dela todos, nem metade, nem um terço. Mas o projecto é! Era preciso vender-se o Parque Desportivo de Aveiro. Dissemos isto aqui dezenas de vezes! Ninguém nos ouve. Dizemos isto há meses e anos e ninguém nos ouviu! Nem ouve. E estão-me a chamar tolo! Com todo o gosto, sou tolo. Agora o Parque Desportivo de Aveiro não se vende. E porque é que não se vende? Não sei! Por incapacidade. Por falta de vontade. Ou por uma gestão de gabinetes então que não é transparente, mas que permite desta forma ou o obriga que esta Câmara tenha que recorrer à banca vezes sem conta para financiar um investimento que poderia claramente ser financiado de outra forma, com recurso a parceiros privados, como esta bancada “n” vezes aqui disse. E não ponham aqui o problema do Beira-mar. O Beira-mar tem que ficar na primeira divisão, o Beira-mar tem que ser incentivado, premiando o mérito, e mais: Aveiro não pode ser uma cidade medíocre. Aveiro tem que ter um clube de futebol representativo, como tem que ter um clube de Basket representativo, como tem que ter um clube de andebol representativo e temos que nos deixar destas ladainhas de corta aqui e o subsídio é de mais, corta acolá, que o estádio é caro demais. Não! Faça-se é as coisas com cabeça, tronco e membros e saiba-se que quando se gasta cem aqui, é com aquele objectivo. E isso é coisa que eu não vejo nesta Câmara Municipal.”

Vogal Maria Isabel Velada (PS)

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Vice-presidente da Câmara - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito rapidamente apenas alguns comentários a algumas das intervenções que foram realizadas. Obviamente que todas as outras questões serão transmitidas ao Senhor Presidente da Câmara, mas começando pela intervenção do Deputado Filipe Neto Brandão relativamente à questão do Teatro Aveirense, é obvio que quando o Senhor Presidente da Câmara referiu o fim do ano, estaria obviamente a referir-se ao último trimestre do presente ano. Em principio as obras estarão terminadas nesse último trimestre, ainda vamos entrar numa fase de obras a curto prazo já de acabamento – aliás está aqui presente uma pessoa que sabe bem do desenvolvimento das obras, e portanto é deste trimestre que estamos a falar e estamos convencidos que nessa fase estão completamente concluídas, ao nível dos acabamentos já – prontas para poder receber aqueles espectáculos que todos nós almejamos que venham a acontecer no Teatro Aveirense.

Em relação às questões levantadas pelo Senhor Deputado Armando Vieira e também muito rapidamente, queria apenas e penso que ele tem conhecimento disso e tem com certeza, que por parte desta autarquia houve sempre um esforço equilibrado na tentativa de promover um desenvolvimento harmonioso do Concelho. Nomeadamente, referiu algumas questões e fez-me justiça – ainda bem, nomeadamente em relação à iluminação pública. Tenho a transmitir à Assembleia Municipal que foram solicitados reforços de iluminação pública no Município de Aveiro durante o mandato anterior e no último ano, sensivelmente mais de 10 mil pontos de luz. Se as pessoas conseguirem fazer um pequeno esforço de memória e se lembrarem que em 1998 – e é também uma freguesia deste Concelho, a Freguesia da Vera Cruz, nomeadamente no seu Bairro da Beira-mar, não tinha uma única lâmpada de vapor de sódio e tinha alguns dos arruamentos sem iluminação pública e hoje, neste momento, temos iluminação pública a vapor de sódio na Freguesia de Nariz, Oliveirinha, num conjunto de freguesias... uns bocados relativos, o Senhor Presidente sabe que são uns bocados muito significativos, aliás esse esforço penso que é reconhecido por todos. Também uma das componentes um bocadinho mais incomodativa também é reconhecido na conta que a Câmara paga à EDP pela iluminação pública, mas tem vindo a haver um grande esforço nesse sentido, que irá continuar. Penso também que a EDP tem dado um bom contributo e irá continuar a dá-lo.

Em relação às questões da rede viária, isso são questões transversais a todas as freguesias, nós já o assumimos na reunião específica que tivemos em Cacia sobre essa situação. Tem vindo a haver um esforço de recuperação da que está bem degradada. Ela estará degradada essencialmente por dois motivos: um motivo que se prende com as obras de saneamento, outro motivo que se prende com alguns arruamentos que ainda eram em semi-penetração – antigos, que estão a chegar ao seu fim de vida e que têm que ser reabilitados. Contudo não quero deixar de referir, nomeadamente, e para tocar nas palavras do deputado Salavessa que fez uma referência – que a melhor imagem que haveria relativamente à questão da Presidência Aberta de Cacia, Capital do Concelho, teriam sido as intervenções dos munícipes na última reunião da Assembleia, eu não quero deixar de referir que, nomeadamente em Cacia, neste momento estamos em obras. Estamos em obra na Rua da Paz. E ainda no fim do ano passado, recuperámos sensivelmente dois quilómetros e meio de pavimentos entre a 109 e a zona de Taboeira, e continuámos depois por Esgueira. Fizemos também obras em Montes de Azurva. E

portanto, há um conjunto de pequenas obras de intervenção que estão aqui referenciadas; Senhor Diogo Machado, há algumas obras que foram executadas nestes dois meses – justiça penso que me poderá ser feita, não são só pequenas questões que têm a ver com o corte de relva. Há aqui algumas empreitadas que foram realizadas e elas estão aí bem patentes e algumas são as que acabei de referir ainda agora.

Em relação ao Senhor Deputado Raúl Martins, particularmente em relação à questão do saneamento que me referiu, tive oportunidade ainda agora de conversar aqui com o Senhor Administrador Delegado dos SMAS, que me transmitiu que durante os próximos três meses a estação elevatória em princípio estará resolvida. Estamos neste momento já numa fase de obras de construção civil, pensamos que o equipamento electromecânico nos próximos três meses poderá ser colocado e o saneamento poderá entrar em carga – em princípio. Estou a transmitir essencialmente as palavras do Senhor Administrador Delegado.

Em relação ao Senhor Deputado Gustavo, que referiu uma questão já recorrente e que penso que já tivemos mesmo oportunidade pessoalmente de conversar sobre ela, paralelamente a uma reunião da POLIS que têm a ver com a construção da desnivelada da estação, e aquele que é o parecer do Gabinete que está a elaborar o projecto POLIS para o Município de Aveiro, nomeadamente o Senhor Engenheiro Babo com quem eu também tive oportunidade de trocar um conjunto de opiniões. O que se diz nesse parecer, é que poderá não ser a melhor solução em termos de mobilidade, em termos de acessibilidade na cidade, agora o que nós dizemos, e que eu tenho discutido com o técnico é que é melhor haver aquela oportunidade de mobilidade e de acesso, do que não a haver. Até porque a desnivelada, permite obviamente um conjunto de soluções futuras e consoante haja um aumento da pressão rodoviária, se vier a acontecer no centro da cidade, nomeadamente condicionar só à saída – e há muitas situações que o que se tem que dar prioridade (no centro da cidade), é a saída do trânsito da cidade, e a entrada só, por exemplo, como foi curiosamente aqui referido – e isso foi discutido com o técnico, se vier a haver a prazo um aumento de pressão rodoviária da viatura individual no centro, seja por exemplo condicionada só a entrada de transportes colectivos ou mesmo, ou mesmo, uma das questões que nós impusemos à obra da REFER, foi que a pendente da desnivelada, permitisse nomeadamente a circulação de um eléctrico. Tem pendente que permita circular um eléctrico. Pelo menos é isso que está definido. Ou seja, poderá haver soluções de futuro, que possam equacionar um aumento de pressão. Nas condições actuais, com a pressão de tráfego que poderá haver não haverá em princípio grandes problemas. Agora, todos nós sabemos daqui a 5, 6, 7, 10 anos, poderá haver alterações em termos de pressão automóvel – esperemos que não, e tentaremos trabalhar no sentido em que isso aconteça, se bem que a tendência tradicional é que cada vez haja mais pressão do automóvel na cidade. Pode haver, obviamente outro tipo de situações: desde proibir o trânsito a ligeiros; permitir só, obviamente o trânsito de entrada a colectivos; opção de eléctrico, ou opção de duas faixas de saída. Portanto, há um conjunto de situações que podem ser equacionadas. No estudo de mobilidade, elaborado no quadro da POLIS, penso que também estava aqui exposta essa planta, há uma aposta que vem reforçar aquilo que eram as ideias que já constavam no estudo da “TECNEP”, no sentido de criar uma coroa mais periférica ao centro da cidade que permita a circulação do trânsito por fora, não tendo que entrar nem na Avenida nem na zona mais central da cidade. Essa planta penso que foi facultada nessa comissão, penso que depois a poderão analisar. Contudo penso que será uma planta interessante de facultar aos membros da Assembleia Municipal e que toca também naquilo que o Deputado Diogo Machado disse, que era: as alterações de trânsito na Avenida porquê? Porque é que estão a fazer aquelas alterações? É uma

alteração que está neste momento aprovada pela Câmara, há umas pequenas questões de pormenor que ainda estão a ser devidamente discutidas, pensamos que até ao fim deste mês de Março serão implementadas. Envolvem modificação – a título estatístico, mais de 500 sinais de trânsito, mas tem essencialmente a ver com duas questões: melhorar a forma como se pode sair do centro da cidade; impedir os atravessamentos ou a circulação dentro da avenida para atravessar. Paralelamente a isso há uma aposta em proteger a Beira-mar do tráfego de atravessamento permitindo já vislumbrar aquilo que poderá ser uma outra forma de gerir esse mesmo tráfego dentro da Beira-mar e eventualmente condicionando-o, como já vem a acontecer em outras cidades portuguesas.

Em relação ao Deputado Manuel António Coimbra, a questão que se prende com a SAD – infelizmente não li o comunicado não sei se há aí algo tão gravoso que tenha a ver quer com a Assembleia, quer com a Câmara, que eu possa dizer, penso que não. Mas sinceramente não li.

Em relação àquele pequeno pormenor que referiu que haveria mais títulos de motorista vendidos – os “tarifa ao motorista”, comprados teoricamente no autocarro, do que os utilizados. A questão, é uma questão administrativa, ao que parece e é muito simples: os condutores compram os bilhetes e depois vendem-nos, e há um acerto de contas a seguir. Portanto, é natural que haja mais bilhetes vendidos – porque eles levaram as cadernetas todas, que vão vender os títulos de autocarro, do que aqueles que foram adquiridos pelas pessoas que os vão utilizar.

Em relação à questão da Feira de Março e em particular à questão que se prende com os divertimentos e aquele espaço terrado. Estão neste momento ainda a decorrer obras e elas estarão na nossa perspectiva terminadas até ao início da Feira de Março. Elas consubstanciam-se basicamente num terraplano e a criação de um espaço terreiro, e na criação de todas as infra-estruturas eléctricas que permitam a feira. Estão a decorrer de acordo com aquilo que estava estabelecido e em princípio no dia 25 de Março, as coisas estarão concluídas de forma a que não haja percalço.

A passagem dos peões irá ser passada obviamente para aquela área. Aquela área é uma área que vai ser de trânsito forte e vai ser condicionado na altura, nomeadamente com o reforço de estacionamento. Vai haver reforço de estacionamento eventualmente na própria Avenida. Haverá reforço, portanto, as velocidades serão muito mais reduzidas; haverá reforço de estacionamento no lado direito de quem sobe a Avenida - que ainda vai ser preparado para esse efeito; haverá reforço de estacionamento eventualmente, ainda se está a equacionar uma parte fronteira – essa é a única que não temos a certeza se será possível tê-la em carga. E há também um conjunto de propostas no sentido de haver algum conjunto de transportes alternativos aqui na zona do Mercado Manuel Firmino, de forma a poder trazer as pessoas da cidade para aquela área, sem ser necessário levar a sua viatura particular.

A filosofia das alterações que estamos a tentar implementar agora, tem a ver com uma aposta em que para se atravessar a Avenida, ou seja, nomeadamente na mudança do trânsito na Rua Eng. Oudinot. O que vai permitir é que neste momento quem quer ir para a Avenida Central, tem que entrar na Alberto Souto e tem que entrar na Avenida e subir a Avenida até ao Oita e depois virar à direita. O que se pretende, é que deixe de haver essa circulação dentro da Avenida e as pessoas atravessem directamente. E obviamente desviar algum trânsito para Esgueira sem ter que ir à Avenida – mudando a Rua do Carril.

Em relação a algumas das questões colocadas pelo Deputado Granjeira. Está a decorrer neste momento na Câmara Municipal de Aveiro uma Inspeção Geral de Finanças – há cerca de 15 dias. Penso que é do conhecimento público, nomeadamente penso que todas as Câmaras EURO neste momento têm uma fiscalização, isso foi devidamente noticiado.

Essencialmente isso tem a ver com as aplicações das questões do POCAL e as questões do património imobiliário. Penso que é a informação que temos – e está a decorrer normalmente. Como tivemos ainda no mandato anterior quatro inspecções, quer do IGAT, quer do Tribunal de Contas, quer também da própria Inspeção Geral de Finanças, em 98.

Em relação à questão do sucesso do trânsito. Penso que na Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, se estava apenas a referir às questões que se prendiam com as alterações na área envolvente à estação. Obviamente que o sucesso é um sucesso relativo, porque tem a ver com uma alteração dos hábitos e tem a ver com uma situação pontual de obra relativamente complexa. Mas da análise que temos e dos indicadores que temos, quer das visitas ao local, quer da informação da PSP e da própria Polícia Municipal, a situação não está tão complicada como inicialmente pensaríamos que poderia acontecer. Convém ressaltar também, em abono da verdade, que uma parte mais complicada da obra ainda estará para acontecer com a fase do desaterro e que essa obviamente poderá provocar ainda mais alguns incómodos.

Em relação às questões colocadas pelo Senhor Deputado António Salavessa. Em relação às questões das obras em Cacia, penso que já dei nota de que realmente estamos a fazer um esforço e vamos continuar a fazer um conjunto de trabalhos também na freguesia. Em relação à questão da “Cidade Limpa”, esta situação continua a ser bastante relevante até porque há uma questão que não podemos descurar que é: quem é que são os municípios que se candidatam? Muito poucos se candidatam. Porque o processo de candidatura em si, já obriga a que haja uma quase pré-selecção automática de quem se candidata. E se o Salavessa vir o processo de candidatura ao prémio, se o analisar, vê que realmente já há ali um grande esforço e eventualmente muitos municípios nem sequer se candidatam por isso mesmo. Estamos se calhar a falar de seis cidades ou cinco, nem sei bem, na nossa categoria. Algumas cidades importantes, de outras categorias, não ganharam o prémio. Obviamente que essa situação é verdade.

Em relação à outra questão que colocou em relação à SUMA. Estão a ser desenvolvidos os estudos que o Senhor Presidente referiu. Em relação à questão da denúncia do contrato, ele foi denunciado. Contudo há uma diferente interpretação entre a SUMA e a Câmara das datas da denúncia que ainda está a ser discutida. Portanto, há essa pequena questão. De qualquer das formas os estudos que o Senhor Presidente referiu estão a ser cada vez mais aprofundados e poderá haver algumas modalidades interessantes para melhorar o serviço reduzindo custos — que é o que nos preocupa cada vez mais, como é óbvio.

Em relação às questões do Beira-mar, penso que tinha a ver com a cedência do Estádio Mário Duarte. E a alienação foi feita ao abrigo da legislação que invocou. Sendo certo que eventualmente a própria Comissão foi acompanhando o princípio das discussões. Em relação a essa mesma cedência e que aquela garantia é uma garantia – penso que em última análise não serei a pessoa mais avalizada, até porque contrariamente ao que o Diogo Machado disse, eu neste momento não sou Vereador de Planeamento desde 2002, contudo é uma situação que mesmo naquela área, nós temos um conjunto de áreas com capacidade construtiva.

Em relação às questões colocadas pela Deputada Maria das Dores Topete, relativamente à Escola do Adro. Ela está numa fase terminal de obra. Em relação à questão dos ulmeiros a verdade é mesmo essa: tinham uma doença que tem um nome específico “doença holandesa do ulmeiro” que é uma virose que os afectou. Aliás, nós, na última reunião de Câmara, estivemos a discutir o abate de dois ulmeiros que existem ao pé do Museu de S.^{ta} Joana. Se passarem lá hão-de reparar que há duas árvores completamente

mortas e que foram abatidas por essa doença; é uma doença complicadíssima. O não abate daquelas árvores no momento em que deviam ter sido abatidas, pode ter provocado obviamente que essa doença se espalhasse pelo todo municipal. Não há nenhuma vontade de abater as árvores, antes pelo contrário. Mas realmente essa situação aconteceu e elas neste momento estão mortas; temos também dois ulmeiros completamente mortos no jardim de S.^{ta} Joana. Em relação ao arranjo da área envolvente à Junta de Freguesia da Vera Cruz, é uma situação que iremos analisar, há também um conjunto de outras ideias para aquela praça, que eventualmente passarão pela sua arborização em parte.

Em relação ao festival de S. Jacinto, penso que têm a informação, até pela própria notícia do Senhor Presidente, das diligências que estão a ser realizadas na Câmara Municipal, penso que no rigor da legislação, não haveria uma necessidade – atendendo ao espaço onde se vai realizar o festival, de pedir se calhar, um parecer à APA – atendendo ao limite dos 50 metros. A área onde se vai realizar o festival, é uma área mais próxima já do núcleo urbano, nas traseiras dos estaleiros, nos terrenos descampados que há aí entre os estaleiros e os escuteiros, mas no miolo. Portanto, não é uma zona muito próxima da Reserva – muito menos das Reserva interior. Claro que há um conjunto de questões a acautelar, agora o próprio nome em si, eventualmente sugere alguma..., as pessoas pensam “dunas”, estão a imaginar as coisas em cima das dunas, Dunas Reserva. Não é isso que se trata; obviamente há um conjunto de medidas que têm que ser acauteladas e haverá aqui um esforço de concertação com todas as entidades que têm que ser ouvidas e envolvidas, para que esta iniciativa seja um sucesso em todos os campos, nomeadamente, não só no laser, no recreativo, mas também até na área da educação ambiental e no envolvimento da população que vai participar neste evento, para essa situação.

Em relação à intervenção do Deputado Jorge Nascimento, só queria reforçar isto: as três obras que referiu, e nomeadamente a questão da Praça Marquês de Pombal, a questão do Teatro Aveirense e a questão da Capitania; os dois primeiros exemplos, são maus exemplos porque não têm a ver com hipotéticos atrasos de pagamentos da Câmara Municipal de Aveiro, para que as obras não se desenvolvessem no ritmo a que se poderiam desenvolver. Todos nós sabemos que a primeira obra é uma obra que é uma concessão, portanto, não há pagamentos por parte da autarquia, o próprio empreiteiro tem todo o interesse em andar com a obra mais depressa possível, porque só vai ter rentabilidade do investimento depois dela entrar em funcionamento. O Teatro Aveirense era uma obra financiada e continua a ser uma obra financiada e está a andar neste momento a bom ritmo como se vê. E portanto, houve aí infelizmente, um problema da empresa e de uma grande empresa nacional – e é um problema para o país também, como foi para o Município de Aveiro e foi para outros municípios aqui bem perto, nomeadamente Aveiro e S. João da Madeira ou em Vila Real, como todos nós sabemos, que tinham também obras a ser desenvolvidas por esta empresa. Portanto, estes dois exemplos não têm a ver com esta situação.

Em relação à Capitania, foi outra questão, este atraso da obra, este aclamar da obra, prende-se eventualmente com alguns atrasos nos pagamentos. Penso que o Senhor Presidente explicou aqui na última reunião da Assembleia Municipal e que já o transmitiu aqui. Houve um conjunto também de atrasos do Programa Operacional da Cultura no sentido da comparticipação, essa situação a seu prazo será resolvida pela Administração Central e obviamente, automaticamente a Administração Local irá resolver até porque foi uma das questões aqui colocada, em relação à dívida, que estariam aqui os tais 500 mil euros, penso que, facturados – não era? As contrapartidas financeiras só vêm depois da factura emitida; portanto, já estão facturados! ..., Para se poder fazer o pedido de pagamento. Portanto, na CCR Centro, é uma situação que se verifica pós contra-factura.

Nomeadamente há outras CCR's onde se praticava a contra-factura como era o caso da CCR Norte – não sei se já mudou, o que criava aqui alguns desequilíbrios em relação à capacidade dos municípios de se financiarem com as CCR's e com os fundos comunitários um bocado desigual e um bocado esquisita, mas que agora com a nova entrada das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), esperemos que rapidamente e esperemos que rapidamente também haja Presidente dessas mesmas instituições de forma a que alguns projectos que estão, digamos, “à bica” para serem financiados para o Município de Aveiro como é o caso do saneamento de Oliveirinha, rapidamente o possam ser.

Em relação ao Aveiro-Digital, e à página da Internet. O Senhora Vereadora Lusitana, infelizmente por compromissos e trabalho também não está aqui presente connosco, mas é um dos projectos que se está a desenvolver e penso que eu próprio e penso que os Senhores Deputados também deram algumas achegas e viram o estado de desenvolvimento desta página – que será um “Portal de Serviços”. A ideia agora é lançar um portal de serviços, mais do que lançar apenas uma simples página na Internet. Algo que tem mais a ver com a filosofia que o Dr. Nascimento se estava a referir há bocado da Câmara de Ílhavo e que nós também estamos a perseguir no sentido em que se torne num verdadeiro portal de serviços municipal.

Em relação à Deputada Maria Antónia Pinho e Melo, cada vez mais por parte da autarquia e a Polícia Municipal é aqui um forte contributo nesta situação. Haverá um esforço no sentido de melhorar a fiscalização nomeadamente os edifícios devolutos, abandonados e tudo o que possa por em causa a estética urbana. Portanto, aí, penso que nos próximos meses cada vez mais teremos informação disso. A formação dos Agentes, que são mais fiscais, neste momento são 14 agentes, há um conjunto de esforço nessa área e penso que ao nível do centro da cidade isso verifica-se mais, porque temos, nomeadamente fora do centro da cidade algumas situações, mas o apoio por exemplo, que as Juntas de Freguesias nos têm dado e em todas as freguesias têm permitido resolver muitos problemas de casas abandonadas e devolutas, com o apoio das próprias juntas, aqui no centro da cidade essa situação é uma situação que está mais directamente ligada com a autarquia e a fiscalização cada vez vai apertar mais essas situações.

Para terminar e em relação ao Beira-mar e ao protocolo. Eu não quero referir absolutamente mais nada a não ser, dizer que esse protocolo neste momento está a ser analisado na Câmara – ainda numa das últimas reuniões o analisámos e o estamos a discutir. Só uma pequena nota em relação ao Beira-mar. Eu penso que o Beira-mar é uma instituição fundamental para a vida do município, uma instituição muito importante e que a Câmara tem que ter um papel de apoio, como tem que ter um conjunto de outros clubes da cidade, mas não tem que ter um papel de se imiscuir.

A referência que o Deputado Diogo Machado disse, deixou-me algumas dúvidas quanto às questões do mérito de quem está à frente dos diversos instrumentos de planeamento.

Em relação à intervenção da Deputada Isabel Velada – Presidente da Junta - penso que referiu um conjunto de obras que não estariam aqui, mas as obras que estão na Comunicação, são apenas as obras que estão realizadas e felizmente estão algumas obras realizadas na Freguesia de Cacia que ela própria teve oportunidade de referir.

Em relação à questão do Deputado Santos Costa, que tinha a ver com os sete milhões e meio de euros, eu penso que é um assunto que vai ser discutido no próximo ponto da ordem de trabalhos – obviamente a questão deste empréstimo, o financiamento para o EURO, traduz-se apenas em 25 milhões de euros com recurso à banca. Portanto esse valor de 32 milhões e meio, esta a adicionar-lhe um empréstimo que era um empréstimo de curto prazo – o do TOTTA, que vai ser sobreposto ao empréstimo de longo prazo do

TOTTA. Portanto, há dois empréstimos do TOTTA, só um é que vai ter efeitos. Portanto, vão ser só os 25 milhões. Os empréstimos EURO que vamos ter são 7,5 milhões do TOTTA, 10 milhões do BES e os 7,5 milhões, a serem aprovados que totaliza os tais 25 milhões de euros.

Em relação à intervenção do Deputado Carlos Valente, já me referi através do protocolo do Beira-mar.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

De seguida e dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 12 de Março (4.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 06 de Março de 2003.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)